



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 6.160-A, DE 2019** **(Do Poder Executivo)**

URGÊNCIA - ART.64, §1º, CF (Mensagem nº 574/2019)
CANCELAMENTO DA URGÊNCIA (Mensagem nº 650/2019)
OF nº 365/2019/SG/PR

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.

NOVO DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5266/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Emendas de Plenário (14)

(*) Atualizado em 16/1/2020 em razão de novo despacho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 899.

§ 4º O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e atualizado nos termos do disposto no § 7º do art. 879.

§ 11. O depósito recursal, inclusive aquele realizado antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, poderá ser substituído, a qualquer tempo, por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, a critério do recorrente.

§ 12. Não será exigido, para fins de substituição do depósito recursal por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, qualquer acréscimo ao valor do depósito.

§ 13. O instrumento de fiança bancária ou de seguro garantia judicial não conterá cláusulas de perda do direito do segurado ou de desobrigação decorrente de atos exclusivos do tomador, da seguradora ou de ambos e observará, ainda, o seguinte:

I - cada instrumento será vinculado exclusivamente a um processo, por meio de apólice registrada e ofertada por seguradora autorizada pelo órgão supervisor do mercado de seguros;

II - o recorrente garantirá novamente o juízo, por meio de fiança bancária, seguro garantia judicial ou depósito em espécie, nos quinze dias anteriores ao término da vigência do instrumento, exceto se houver previsão de renovação automática, sob pena de restar prejudicado o respectivo recurso;

III - o prazo para apresentação do instrumento de fiança bancária ou de seguro garantia judicial é o mesmo do ato processual que ele visa a garantir; e

IV - o instrumento de fiança bancária ou de seguro garantia judicial ficará à disposição do juízo para consulta.

§ 14. Na hipótese de o juízo entender que o instrumento de fiança bancária ou de seguro garantia judicial não observou o disposto neste artigo, a parte será intimada a se manifestar e garantir a execução, se necessário, e o não atendimento a esta determinação importará em deserção do recurso interposto.

§ 15. Nos termos do disposto no § 4º, do valor do depósito recursal feito em conta vinculada ao juízo será deduzido o valor da garantia de que trata o art. 884 ou o valor que o executado tiver que pagar.” (NR)

alterações:
Art. 2º A Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 45-A. Terá direito à gratuidade de que trata o art. 45 a pessoa pertencente a família de baixa renda, assim entendida:

I - aquela com renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo; ou

II - aquela com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

§ 1º A prova da condição de que trata o **caput** será realizada por meio da apresentação pelo autor do comprovante de habilitação em cadastro oficial do Governo federal instituído para programas sociais.

§ 2º Condenado o beneficiário da assistência judiciária gratuita ao pagamento de honorários, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos suficientes para suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas no prazo de cinco anos, contado do trânsito em julgado da decisão, se o credor demonstrar que deixou de existir a situação prevista no **caput**.

§ 3º Findo o prazo de cinco anos a que se refere o § 2º, as obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da assistência judiciária gratuita que ainda não estiverem sendo executadas ficam extintas.” (NR)

alterações: Art. 3º A Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 13.
.....

§ 3º Havendo acordo ou condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, os valores pecuniários serão revertidos ao Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.” (NR)

alterações: Art. 4º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 105.

§ 1º Na hipótese de o requerente não complementar o requerimento com os documentos necessários, quando solicitado pelo INSS, o processo será arquivado nos termos do regulamento.

§ 2º O arquivamento realizado nos termos do disposto no § 1º não prejudica a apresentação de novo requerimento pelo interessado, que produzirá efeitos a partir da data dessa nova solicitação.

§ 3º A concessão de benefício com base em documento apresentado após a decisão administrativa do INSS considerará como data de entrada do requerimento a data da apresentação superveniente do documento.

§ 4º O disposto neste artigo se aplica aos pedidos de revisão fundamentados em documentos não apresentados no momento do requerimento administrativo.” (NR)

“Art. 105-A. A concessão ou a revisão de benefícios previdenciários por decisão judicial depende de prévio requerimento administrativo do interessado.

Parágrafo único. Não se considera realizado o prévio requerimento administrativo quando não instruído com todos os documentos necessários à análise do pedido.” (NR)

“Art. 129.

.....

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nos art. 3º-A e art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, aos processos judiciais de que trata o inciso II do **caput**.” (NR)

alterações: Art. 5º A Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 3º-A O acesso ao Juizado Especial Federal Cível independará do pagamento de custas, taxas ou despesas processuais apenas na hipótese de concessão de assistência judiciária gratuita.

§ 1º Terá direito à gratuidade prevista no **caput** a pessoa pertencente à família de baixa renda, assim entendida:

I - aquela com renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo; ou

II - aquela com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

§ 2º A prova da condição de que trata o § 1º será realizada por meio da apresentação pelo autor do comprovante de habilitação em cadastro oficial do Governo federal instituído para programas sociais.

§ 3º Condenado o beneficiário da assistência judiciária gratuita ao pagamento de honorários, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos suficientes para suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas no prazo de cinco anos, contado do trânsito em julgado da decisão, se o credor demonstrar que deixou de existir a situação de prevista no § 1º.

§ 4º Findo o prazo de cinco anos a que se refere o § 3º, as obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da assistência judiciária gratuita que ainda não estiverem sendo executadas ficam extintas.” (NR)

“Art. 12.

.....

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, a realização de exame pericial, quando necessário, ocorrerá antes da citação e é facultado às partes a indicação de assistentes técnicos.

§ 3º Para instrução das ações de que trata o § 2º, a administração pública federal conferirá acesso aos juízes, por meio eletrônico e independentemente de intimação, aos processos administrativos de requerimento de reconhecimento de direitos, incluídos os laudos de exames periciais eventualmente realizados.” (NR)

Art. 6º A Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.

§ 1º O processo de homologação de acordo extrajudicial, de natureza individual ou coletiva, terá início por petição conjunta, hipótese em que será obrigatória a representação das partes por advogado.

§ 2º As partes, na petição de homologação de acordo extrajudicial, poderão estabelecer mutuamente a quitação ampla, geral e irrestrita do contrato.

§ 3º A Justiça do Trabalho, uma vez comprovado o cumprimento das obrigações mencionadas neste artigo, declarará o empregador isento de qualquer ônus decorrente daquelas obrigações no período de vigência do contrato.

§ 4º O acordo extrajudicial somente poderá ser homologado em sua integralidade, vedada a exclusão ou a alteração de cláusulas acordadas pelas partes, inclusive quanto à extensão da quitação.

§ 5º O acordo somente não será homologado se houver indícios de fraude ou quando verificados nulidades ou vícios de consentimento, nos termos da lei civil.

§ 6º A sentença de não homologação do acordo extrajudicial será fundamentada e dela poderá ser interposto recurso ordinário, independentemente do recolhimento de custas ou de depósito recursal.

§ 7º O teor do acordo extrajudicial não homologado não poderá ser invocado como fundamento jurídico ou prognose de sucesso por qualquer dos celebrantes na hipótese de futuro litígio judicial.” (NR)

Art. 7º Fica revogado o § 2º do art. 8º da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM nº 351/2019 ME

Brasília, 11 de novembro de 2019.

Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter a sua apreciação a anexa proposta de Projeto de Lei, que Disciplina procedimento de homologação de acordo extrajudicial no contrato de trabalho Verde e Amarelo, e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia para substituição de depósitos recursais trabalhista, os procedimentos para a concessão de benefícios previdenciários e mecanismos para a redução da judicialização em matéria previdenciária.

2. Sabe-se que o Brasil subiu uma posição no Ranking de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial entre 2018 e 2019. De 72º para 71º em um total de 140 países. Na esteira da modernização trabalhista, no entanto, na dimensão "mercado de trabalho", o score (de 0 a 100) subiu de 51,0 para 53,5 pontos, possibilitando subir 9 posições no ranking (de 114 para 105). Ainda que com todas as iniciativas em curso do Ministério da Economia e as reformas promovidas pelo Congresso Nacional, possibilitem ganhos em outras dimensões, é fundamental avançar em termos da desburocratização e segurança jurídica nas relações de trabalho.

3. Isso porque, os avanços recentes trouxeram melhoras, mas ainda não suficientes para que se tenha a certeza de que o mercado de trabalho brasileiro possua relações de trabalho seguras, novamente, para trabalhadores e empregadores. Portanto, o objetivo da proposta em tela é a concretizar tal característica para as partes pela via da homologação de acordo na justiça do trabalho.

4. Para que isso ocorra de forma integral, é necessário fornecer mecanismos que o promova de forma integral. Propõe, assim, vedar a exclusão ou alteração de cláusulas ajustadas pelas partes, inclusive quanto à extensão da quitação.

5. Quanto aos depósitos recursais trabalhistas, o projeto deseja consolidar o entendimento trazido pela modernização trabalhista de maneira que se possa ser substituído, a qualquer tempo, por fiança bancária ou seguro garantia judicial, a critério do recorrente. Esse entendimento ainda não é homogêneo na justiça do trabalho, o que será corrigido a partir dos dispositivos propostos.

6. A proposta traz ainda importante avanço institucional, no sentido da transparência e governança, por uma alteração no art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 para que, havendo condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, ocorra reversão ao Programa para Habilitação e Reabilitação Profissional.

7. Com respeito a aspectos previdenciários, são propostas alterações nas Leis nºs 10.259, de 12 de julho de 2001, 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir o aprimoramento dos procedimentos administrativos para processamento dos requerimentos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como instituir mecanismos para mitigar a judicialização inconsequente na matéria previdenciária, conforme conclusão do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 2.894/2018-Plenário.

8. Será assegurada a assistência judiciária gratuita para as famílias de baixa renda, utilizando o conceito de hipossuficiência adotado pelo Estado brasileiro quando da execução da sua política social, para considerar como destinatário da medida: I - aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou II - a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos. Estará dispensado de comprovar, ainda, quem comprovar sua condição social e econômica para usufruir da dispensa do pagamento de custas processuais.

9. Entre as medidas apresentadas, de aprimoramento dos procedimentos administrativos para processamento dos requerimentos junto ao INSS, bem como instituir mecanismos para mitigar a judicialização inconsequente na matéria previdenciária, são disciplinados os procedimentos para a cobrança de honorários advocatícios.

10. Caso não sejam encontrados créditos capazes de suportar as despesas processuais, a inversão da fase de realização do exame médico-pericial para momento anterior à citação do réu (INSS), facultando às partes a indicação de assistentes técnicos. Tal medida já vem sendo empregada nos diversos juízos do país e tem se mostrado como uma boa prática gerencial do contencioso de massa previdenciário com a redução do tempo do processo.

11. Além disso, entre outros procedimentos, juízes poderão acessar processos administrativos, o que permitirá ao magistrado conhecer, caso entenda necessário, os elementos de prova utilizados pelo INSS na análise do direito do segurado da Previdência Social.

12. O Projeto em tela alcança a necessária segurança jurídica para trabalhadores e empregadores. Além disso, os mecanismos apresentados para a unificação de entendimento quanto à apresentação de apólices caminham na mesma direção em termos de segurança de recebimento para os trabalhadores e do fluxo de caixa para empresas, bem como contribui para aprimorando a legislação processual em matéria previdenciária.

13. São essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, as razões que justificam a anexa proposta de Projeto de Lei, que ora submeto a sua apreciação.

Respeitosamente,

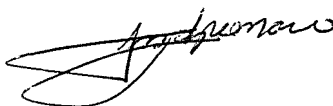
Assinado por: Paulo Roberto Nunes Guedes

MENSAGEM Nº 650

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 6.160, de 2019, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 574, de 11 de novembro de 2019.

Brasília, 9 de dezembro de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS.
 Alexandre Marcondes Filho.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO X DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 879. Sendo ilíquida a sentença exequiênda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 2.244, de 23/6/1954*)

§ 1º Na liquidação, não se poderá modificar ou inovar a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal. (*Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 8.432, de 11/6/1992*)

§ 1º-A. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000*)

§ 1º-B. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000*)

§ 2º Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.432, de 11/6/1992,*

com redação dada pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 102 dias após a publicação)

§ 3º Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000, com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007, em vigor a partir de 2/5/2007)

§ 4º A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000)

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário-de-contribuição, na forma do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007, em vigor a partir de 2/5/2007)

§ 6º Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.405, de 16/5/2011)

§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela variação do IPCA-E, ou por índice que venha substituí-lo, calculado pelo IBGE, que deverá ser aplicado de forma uniforme por todo o prazo decorrido entre a condenação e o cumprimento da sentença. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, e com redação pela Medida Provisória nº 905, de 11/11/2019)

Seção II Do Mandado e da Penhora

Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007, em vigor a partir de 2/5/2007)

§ 1º O mandado de citação deverá conter a decisão exequiênda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2º A citação será feita pelos oficiais de diligência.

§ 3º Se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.

Seção III Dos Embargos à Execução e da sua Impugnação

Art. 884. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. (Vide art. 1º-B da Lei nº 9.494, de 10/9/1997)

§ 1º A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2º Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias.

§ 3º Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 2.244, de 23/6/1954)

§ 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 2.244, de 23/6/1954, com redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000)

§ 5º Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001)

§ 6º A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

Seção IV **Do Julgamento e dos Trâmites Finais da Execução**

Art. 885. Não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz ou presidente, conclusos os autos, proferirá sua decisão, dentro de 5 (cinco) dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora.

.....

CAPÍTULO VI **DOS RECURSOS**

.....

Art. 899. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 5.442, de 24/5/1968) (Vide Lei nº 7.701, de 21/12/1988, e art. 40 da Lei nº 8.177, de 1/3/1991)

§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz. (Parágrafo único transformado em § 1º pelo Decreto-Lei nº 75, de 21/11/1966, com redação dada pela Lei nº 5.442, de 24/5/1968)

§ 2º Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que fôr arbitrado, para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região. (Parágrafo acrescido pelo Decreto-Lei nº 75, de 21/11/1966, com redação dada pela Lei nº 5.442, de 24/5/1968)

§ 3º (Parágrafo acrescido pelo Decreto-Lei nº 75, de 21/11/1966, e revogado pela Lei nº 7.033, de 5/10/1982)

§ 4º O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança. (Parágrafo acrescido pelo Decreto-Lei nº 75, de 21/11/1966, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

§ 5º (Parágrafo acrescido pelo Decreto-Lei nº 229, de 28/2/1967, e revogado pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

§ 6º Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região, o depósito para fins de recursos será limitado a este valor. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.442, de 24/5/1968)

§ 7º No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.275, de 29/6/2010)

§ 8º Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito referido no § 7º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.015, de 21/7/2014, publicada no DOU de 22/7/2014, em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação)

§ 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e

empresas de pequeno porte. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

§ 11. O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.467, de 13/7/2017, publicada no DOU de 14/7/2017, em vigor 120 dias após a publicação)

Art. 900. Interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver o recorrente.

.....

.....

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

.....

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes." (NR)

"Art. 4º

§ 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:

.....

.....

LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966

Organiza a Justiça Federal de primeira instância,
e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO V DAS CUSTAS E DESPESAS DO PROCESSO

Art. 45. As custas serão pagas na primeira instância, pela forma estabelecida no Regimento, e compreenderão todos os atos do processo, inclusive a subida do recurso, dela ficando isentos os beneficiados com a Justiça gratuita. Na segunda instância não serão devidas custas, salvo nas certidões e traslados.

Parágrafo único. As custas recebidas serão relacionadas e recolhidas, semanalmente, pelo Chefe da Secretaria, à repartição federal arrecadadora competente, mediante guia visada pelo Juiz, como renda extraordinária da União. [*\(Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 253, de 28/2/1967\)*](#)

Art. 46. A União e suas autarquias estão isentas do pagamento de custas.

Art. 47. Os chefes de Secretaria de Vara e os Diretores de Secretaria de Tribunais ficarão sujeitos à multa de um quinto do valor das custas do processo, quando este não for remetido à Superior instância ou devolvido ao Juízo de origem, dentro em quinze dias, contados, respectivamente, do despacho ordinatório da subida do recurso ou do trânsito em julgado da decisão superior.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será aplicada, de ofício ou a requerimento do interessado, pelo Juiz da Vara ou pelo Presidente do Tribunal, e recolhida por guia com recibo nos autos, sob pena de suspensão do pagamento dos vencimentos do infrator, até a satisfação dessa exigência.

.....

.....

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de
responsabilidade por danos causados ao meio
ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de
valor artístico, estético, histórico, turístico e
paisagístico (VETADO) e dá outras
providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

§1º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. [*\(Parágrafo único\)*](#)

transformado em § 1º pela Lei nº 12.288, de 20/7/2010)

§ 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.288, de 20/7/2010)

Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção VIII Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

Art. 105. A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para recusa do requerimento do benefício.

Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, complementarmente à autodeclaração de que trata o § 2º e ao cadastro de que trata o § 1º, ambos do art. 38-B desta Lei, por meio de, entre outros: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.846, de 18/6/2019)

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 129. Os litígios e medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho serão apreciados:

I - na esfera administrativa, pelos órgãos da Previdência Social, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações, com prioridade para conclusão; e

II - na via judicial, pela justiça dos Estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumaríssimo, inclusive durante as férias forenses, mediante petição instruída pela prova de efetiva notificação do evento à Previdência Social, através de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT.

Parágrafo único. O procedimento judicial de que trata o inciso II deste artigo é isento do pagamento de quaisquer custas e de verbas relativas à sucumbência.

Art. 130. Na execução contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o prazo a que se refere o art. 730 do Código de Processo Civil é de trinta dias. (“Caput” do artigo com

redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

.....

.....

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, *caput*.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

.....

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do

Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os *habeas corpus* e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO

Quitação de obrigações para reduzir litígios

Art. 14. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, é facultado ao empregador comprovar, perante a Justiça do Trabalho, acordo extrajudicial de reconhecimento de cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o trabalhador, nos termos do disposto no art. 855-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Seguro por exposição a perigo previsto em lei

Art. 15. O empregador poderá contratar, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal, e mediante acordo individual escrito com o trabalhador, seguro privado de acidentes pessoais para empregados que vierem a sofrer o infortúnio, no exercício de suas atividades, em face da exposição ao perigo previsto em lei.

§ 1º O seguro a que se refere o *caput* terá cobertura para as seguintes hipóteses:

- I - morte acidental;
- II - danos corporais;
- III - danos estéticos; e
- IV - danos morais.

§ 2º A contratação de que trata o *caput* não excluirá a indenização a que o empregador está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

§ 3º Caso o empregador opte pela contratação do seguro de que trata o *caput*, permanecerá obrigado ao pagamento de adicional de periculosidade de cinco por cento sobre o

salário-base do trabalhador.

§ 4º O adicional de periculosidade somente será devido quando houver exposição permanente do trabalhador, caracterizada pelo efetivo trabalho em condição de periculosidade por, no mínimo, cinquenta por cento de sua jornada normal de trabalho.

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nas causas em que seja interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, gozará das mesmas prerrogativas e privilégios assegurados à Fazenda Pública, inclusive quando à inalienabilidade e impenhorabilidade de seus bens.

§ 1º O INSS é isento do pagamento de custas, traslados, preparos, certidões, registros, averbações e quaisquer outros emolumentos, nas causas em que seja interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, inclusive nas ações de natureza trabalhista, acidentária e de benefícios.

§ 2º O INSS antecipará os honorários periciais nas ações de acidente do trabalho.

Art. 9º Excepcionalmente, nos meses de fevereiro a julho de 1993, os débitos junto à Seguridade Social, relativos a competências anteriores a 1º de dezembro de 1992, incluídos ou não em notificação, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado nas seguintes condições:

- I - até noventa e seis meses, no caso de solicitação apresentada no mês de fevereiro;
- II - até noventa meses, no caso de solicitação apresentada no mês de março;
- III - até oitenta e quatro meses, no caso de solicitação apresentada no mês de abril;
- IV - até setenta e oito meses, no caso de solicitação apresentada no mês de maio;
- V - até setenta e dois meses, no caso de solicitação apresentada no mês de junho;
- VI - até sessenta e seis meses, no caso de solicitação apresentada no mês de julho.

Parágrafo único. As empresas adimplentes com a Seguridade Social que possuem acordo de parcelamento em sessenta meses poderão optar pelas condições de parcelamento previstas neste artigo, não prevalecendo, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Número do Acórdão

[ACÓRDÃO 2894/2018 - PLENÁRIO](#)

Relator

ANDRÉ DE CARVALHO

Processo

[022.354/2017-4](#)

Tipo de processo

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO (RL)

Data da sessão

05/12/2018

Número da ata

[48/2018 - Plenário](#)

Interessado / Responsável / Recorrente

3. Responsável: não há.

Entidade

Advocacia-Geral da União; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Defensoria Pública da União; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério do Desenvolvimento Social.

Representante do Ministério Público

não atuou.

Unidade Técnica

Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência) e Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

Representante Legal

não há.

Assunto

Auditoria com o objetivo de identificar os riscos relacionados à judicialização dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como quantificar a ocorrência desse fenômeno, mapear processos e identificar fatores que contribuem para a judicialização, entre outros, realizado pela SecexPrevidência em conjunto com a SecexAdministração sobre INSS, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Conselho da Justiça Federal (CNF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Defensoria Pública da União (DPU).

Sumário

LEVANTAMENTO. ANÁLISE DOS RISCOS INERENTES À JUDICIALIZAÇÃO PARA A SUBSEQUENTE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PELO INSS. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CONTRIBUINTES PARA A REFERIDA JUDICIALIZAÇÃO. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO. QUANTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS COM OS POSSÍVEIS CUSTOS. IMPACTOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS. ATUAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. ATUAÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSS. CUSTOS DAS PERÍCIAS JUDICIAIS E DAS MULTAS APLICADAS AO INSS. NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. INADEQUADOS INCENTIVOS PROCESSUAIS À LITIGÂNCIA, ANTE A DIVERGÊNCIA DE

ENTENDIMENTO ENTRE O INSS E O PODER JUDICIÁRIO. DIVERGÊNCIA ENTRE AS AVALIAÇÕES DOS PERITOS DO INSS E DOS PERITOS JUDICIAIS. DISCREPÂNCIAS ENTRE OS VALORES PAGOS AOS PERITOS NO ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL SEM A NECESSÁRIA MOVIVAÇÃO. DETERMINAÇÕES. OITIVA COM A DEFINIÇÃO DE PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO. CIÊNCIA. COMUNICAÇÕES.

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado pela SecexPrevidência em conjunto com a SecexAdministração, no período de 9/8/2017 a 30/5/2018, com o objetivo de identificar os riscos inerentes à judicialização para a subsequente concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de, expeditamente, quantificar a ocorrência do suscitado fenômeno e de mapear os correspondentes processos, identificando os principais fatores para a aludida judicialização;

.....

EMENDAS DE PLENÁRIO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Art. 1º Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei 6160/2019, quando dispõe sobre o parágrafo 12 do artigo 899 da CLT, a seguinte redação:

“ § 12. A substituição do depósito recursal por fiança bancária ou por seguro garantia judicial será permitida, **desde que em valor não inferior ao valor original do depósito recursal, acrescido de trinta por cento**”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva modificar o texto do parágrafo 12 do artigo 899 da CLT, proposto pelo projeto de lei 6160/2019, na parte em que prevê a possibilidade de substituição de depósito recursal por seguro garantia judicial ou fiança bancária, sem qualquer acréscimo em relação ao valor do depósito original.

A proposta de emenda modificativa objetiva dar ao seguro garantia ou fiança bancária realizados no processo trabalhista o mesmo tratamento que a legislação lhe confere no processo cível. Com efeito, no âmbito do processo cível, o CPC, artigo 835, parágrafo 2º, prevê:

“Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito

constante da inicial, **acrescido de trinta por cento**".

Não há razão que justifique o tratamento diferenciado entre o processo cível e o processo trabalhista nesse particular. Contrário disso, no processo trabalhista, onde a extensa maioria das ações tem o trabalhador como credor, não raro em situação de desemprego, a possibilidade de utilização do seguro garantia ou fiança bancária deveria ser mais restrita que o processo cível e com um acréscimo ainda maior que a previsão civilista.

A existência de tratamento diferenciado entre dois ramos do Direito, ainda, contribui para equívocos e dificuldades interpretativas, mormente se considerado a aplicação supletiva e subsidiária do CPC ao processo trabalhista, prevista no art. 15 do CPC (lei 13105/2015).

Por outro vértice, normalmente o seguro garantia ou fiança bancária são estabelecidos nas apólices em valor fixo. Diversamente do depósito recursal, esse valor não sofrerá atualização monetária, e conseqüentemente, quando da execução, poderá estar significativamente defasado, desnaturando a finalidade precípua do depósito recursal, que é a garantia de uma execução futura, ainda que parcialmente. A fixação do acréscimo de 30% (trinta por cento) contribuiria para a redução desse risco, ainda que parcialmente.

Diante da exposição de argumentos, contamos com o apoio dos Nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2019.

José Airton Félix Cirilo

Paulo Pimenta

Tadeu Alencar

André Figueiredo

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

Art. 1º Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei 6160/2019, quando dispõe sobre o parágrafo 13, II, do artigo 899 da CLT, a seguinte redação:

“ II. **Independente de intimação para esse fim**, o recorrente garantirá novamente o juízo, por meio de fiança bancária, seguro garantia judicial ou depósito em espécie, nos quinze dias anteriores ao término da vigência do instrumento, exceto se houver previsão de renovação automática, sob pena de restar prejudicado o respectivo recurso”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva modificar o texto do inciso II, do artigo 899 da CLT, proposto pelo projeto de lei 6160/2019, na parte em que prevê que o recorrente deverá garantir novamente o juízo, quando do término da vigência do instrumento de seguro garantia judicial ou fiança bancária.

A emenda modificativa objetiva esclarecer que essa providência deverá ser realizada pelo devedor independente de intimação do Juízo.

Verifica-se que a lacuna do texto legislativo quanto a uma eventual necessidade de intimação pelo juízo – notadamente em face de interpretação conjunta com a proposta redação do projeto para o parágrafo 14º do mesmo dispositivo legal - criaria embaraços significativos à boa consecução dos serviços judiciais, pois deixaria ao encargo do Juízo a aferição do término da validade das apólices, o que certamente traria excesso de serviço às Varas do Trabalho, que em sua grande maioria estão com *déficit* de pessoal, decorrente da limitação de contratação de pessoal prevista na Emenda Constitucional n. 95.

Não se deve olvidar, ainda, que a experiência forense evidencia que no momento de acionamento da empresa seguradora muitos empecilhos são colocados por parte dela, dificultando a transformação do seguro em pecúnia. Essa conduta prejudica o credor, que via de regra é credor de crédito alimentar, e não raro está em situação de desemprego. A utilização dos seguros ou fianças, portanto, mais trouxe imbróglios que soluções, razão pela qual sua utilização há de ser comedida, incumbindo ao devedor a adoção de todas as medidas necessárias para o correto processamento do seguro garantia judicial ou fiança bancária.

Diante da exposição de argumentos, contamos com o apoio dos Nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2019.

José Airtón Félix Cirilo

Paulo Pimenta

Tadeu Alencar

André Figueiredo

EMENDA ADITIVA Nº 3

Art. 1º - Inclua-se no art. 1º, do Projeto de Lei 6160/2019, quando dispõe sobre o artigo 899 da CLT, os parágrafo 16 e 17, com a seguinte redação:

“§ 16. À seguradora é vedado discutir a conta de liquidação ou a sentença que a homologou”.

“§ 17. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que tenham como objeto a relação judicial entre a seguradora e a contratante do seguro garantia judicial ou fiança bancária, em processo autônomo do processo trabalhista onde o seguro foi apresentado”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva adicionar texto ao artigo 899 da CLT, proposto pelo projeto de lei 6160/2019, que regulamenta a utilização de depósitos recursais por seguro garantia judicial ou fiança bancária.

A experiência forense tem evidenciado que no momento de acionamento da seguradora muitos empecilhos são colocados por parte da seguradora, dificultando a transformação do seguro em pecúnia. Não raro, a seguradora requer a discussão da conta de liquidação, sendo que ela não é parte processual e seu acionamento faz-se tão somente quando superada a fase de liquidação do crédito exequendo. Essa conduta prejudica o credor, que geralmente é credor de crédito alimentar, e não raro está em situação de desemprego. A utilização dos seguros ou fianças, portanto, mais trouxe imbróglios que soluções, razão pela qual sua utilização há de ser comedida e devidamente delimitada.

Outrossim, considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 114, inciso IX, prevê que compete à Justiça do Trabalho “outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei”, é salutar e natural que as discussões inerentes

ao seguro garantia judicial, travadas entre a seguradora e a contratante do seguro, sejam dirimidas também pela Justiça do Trabalho, mas sempre em processo autônomo da relação trabalhista, sob pena de prejudicar a celeridade tão necessária à satisfação dos créditos alimentares trabalhistas.

Diante da exposição de argumentos, contamos com o apoio dos Nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2019.

José Airton Félix Cirilo

Paulo Pimenta

Tadeu Alencar

André Figueiredo

EMENDA MODIFICATIVA Nº 4

Art. 1º Exclua-se do art. 1º, do Projeto de Lei 6160/2019, a redação proposta para o parágrafo 11 do artigo 899 da CLT, que assim dispõe:

§ 11. O depósito recursal, inclusive aquele realizado antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, poderá ser substituído, a qualquer tempo, por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, a critério do recorrente.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suprimir o texto do parágrafo 11 do artigo 899 da CLT, proposto pelo projeto de lei 6160/2019, que prevê a possibilidade de substituição de depósitos recursais por seguro garantia judicial ou fiança bancária, inclusive quanto aos depósitos realizados anteriormente à vigência da lei.

Verifica-se que a medida proposta criaria embaraços significativos à boa consecução dos serviços judiciais, pois permitiria, de uma só vez, que milhares de depósitos recursais fossem substituídos por seguros ou fianças, o que certamente traria excesso de serviço às Varas do Trabalho, que em sua grande maioria estão com *déficit* de pessoal, decorrente da limitação de contratação de pessoal prevista na Emenda Constitucional n. 95.

Outrossim, a administração dos atuais depósitos recursais é objeto de contratos administrativos com bancos públicos – há alguns meses o CNJ permitiu a contratação de bancos privados -, sendo que os contratos realizados contêm previsão de taxa de administração para os bancos, e, ao mesmo tempo, uma remuneração ao Judiciário Trabalhista, valor que é essencial para a orçamento da Justiça do Trabalho, mormente em se considerando as restrições orçamentárias previstas para 2020. A redução dos depósitos existentes certamente levará à discussão dos valores contratados com os bancos públicos e à diminuição do repasse à Justiça do Trabalho, dificultando ainda mais a manutenção de seus serviços básicos.

Não se deve olvidar, ainda, que a experiência forense evidencia que no momento de acionamento da seguradora muitos empecilhos são colocados por parte dela, dificultando a transformação do seguro em pecúnia. Essa conduta prejudica o credor, que via de regra é credor de crédito alimentar, e não raro está em situação de desemprego. A utilização dos seguros ou fianças no âmbito do processo, portanto, mais trouxe imbróglios que soluções, razão pela qual sua utilização há de ser comedida.

Por derradeiro, é fundamento estruturante do processo a preclusão consumativa. Se o devedor opta por fazer o depósito recursal, não há justificativa para permitir o refazimento do ato recursal (do qual o depósito é parte) em outra forma, sob pena de instituir injustificada exceção à regra da preclusão.

Diante da exposição de argumentos, contamos com o apoio dos Nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2019.

José Airton Félix Cirilo

Paulo Pimenta

Tadeu Alencar

André Figueiredo

Projeto de Lei Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo."

EMP 05/2019

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 6.160 DE 2019

Art. 1º Altere-se o art. 1º do projeto de lei 6160/2019 nos seguintes termos:

"Art. 1º

'Art.899.

.....
§ 4º O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei, observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º.

§ 4º-A Se o exequente ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, o juízo procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º.

.....
§ 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais e microempresas.

§ 10 São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita.

§ 11 O depósito recursal não poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

§ 15. Nos termos do disposto no § 4º, do valor do depósito recursal feito em conta vinculada ao juízo será deduzido o valor da garantia de que trata o art. 884 ou o valor que o executado tiver que pagar.”
(NR)

Art. 2º Modifique-se o art. 3º do projeto de lei 6160/2019 nos seguintes termos:

“Art. 3º

‘Art.13.....

§ 3º Havendo acordo ou condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos no âmbito das relações de trabalho, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada em:

- I- ações de reparação dos danos causados ou outras medidas para prevenção ou compensação de danos a interesses coletivos ou difusos no âmbito do trabalho, e;
- II- Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O depósito recursal é exigido como condição preliminar para admissão dos recursos no processo trabalhista, inclusive como mecanismo controlador dos excessos e abusos na interposição de tais instrumentos processuais com finalidade procrastinatória. Também o valor depositado serve para garantir a execução da sentença, caso esta seja confirmada por instâncias superiores.

Entendendo que os instrumentos recursais são manipulados pelos empregadores com muito maior desempenho do que pelos empregados credores das parcelas reivindicadas no processo, apresentamos divergência total com as mudanças promovidas no art. 1º do projeto, que muda as disposições da CLT, tanto quanto ao índice de correção dos valores depositados, quanto à autorização do uso de garantias e fianças para substituir tais depósitos.

Em nosso entendimento a substituição por fiança bancária ou por seguro garantia judicial favorecerá unicamente aos interesses do sistema financeiro.

Vale mencionar que a legislação nacional não dispõe de proteção contra a despedida arbitrária e as reclamações trabalhistas decorrem, invariavelmente, entre um ex-empregador e um ex-empregado, sendo que este último, encontra-se sem meios de sustentar a si próprio e à sua família, disputando em juízo verbas de natureza eminentemente alimentar, como são as verbas trabalhistas.

Note-se que o depósito recursal é um mecanismo de garantia do pagamento do crédito ao vencedor que, em sendo trabalhador e a ação referida trata de litígio decorrente da relação laboral tem a natureza do crédito o caráter alimentar e com base em direitos já reconhecidos em julgamento de 1º Grau, observada a instrução do feito, inclusive as provas processuais e fáticas apresentadas no processo.

A intermediação desse depósito pela via de instrumentos bancários propostos no projeto não gera a segurança jurídica característica do processo trabalhista e da relação de insuficiência do empregado-credor (normalmente, demitido e reclamante de direitos não pagos) versus o empregador que continua atuando no mercado. Por essa razão, melhor adotar a posição mais restritiva para a dispensa ou substituição do depósito recursal, inclusive rever a liberação dessa exigência para empresas de pequeno porte para evitar o descumprimento e procrastinação das ações trabalhistas com enorme prejuízo para a classe trabalhadora.

Outro tema tratado na emenda é sobre as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais em reparação a danos difusos e coletivos (Lei 7.347/1985), para incluir no rol do objeto os danos no âmbito das relações de trabalho e se a prestação decorrente da condenação for em dinheiro, reverterá diretamente o fundo criado no art. 13 da referida Lei para reconstituição dos bens lesados.

04 DEZ. 2019

Sala das sessões, em

Pedro Votai (PT)
AUTOR

Alfonso Mota (PDT)
Mordelir do Santo de Souza (PSD)

Projeto de Lei Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo."

EMP 06/2019

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 6.160 DE 2019

Art. 1º Modifique-se o art. 2º do projeto de lei 6160/2019 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

'Art. 45-A. Terá direito à gratuidade de que trata o art. 45 a pessoa com que declarar que não estão em condições de pagar as custas. as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, requerida na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 2º Condenado o beneficiário da assistência judiciária gratuita ao pagamento de honorários, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, salvo aqueles de natureza alimentar, créditos suficientes para suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas no prazo de dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão, se o credor demonstrar que deixou de existir a situação prevista no caput.

§ 3º Findo o prazo de dois anos a que se refere o § 2º, as obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da

assistência judiciária gratuita que ainda não estiverem sendo executadas ficam extintas.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.” (NR)

Art. 2º Modifique-se o art. 5º do projeto de lei 6160/2019 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

‘Art. 3º-A O acesso ao Juizado Especial Federal Cível independerá do pagamento de custas, taxas ou despesas processuais apenas na hipótese de concessão de assistência judiciária gratuita.

§ 1º Terá direito à gratuidade prevista no caput a pessoa que declarar que não estão em condições de pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, requerida na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 2º § 1º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 3º Condenado o beneficiário da assistência judiciária gratuita ao pagamento de honorários, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, salvo aqueles de natureza alimentar, créditos suficientes para suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas no prazo de dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão, se o credor demonstrar que deixou de existir a situação de prevista no § 1º.

§ 4º Findo o prazo de dois anos a que se refere o § 3º, as obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da assistência judiciária gratuita que ainda não estiverem sendo executadas ficam extintas.

§ 5º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça” (NR)

‘Art. 12.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, a realização de exame pericial, quando necessário, poderá ocorrer antes da citação e, em qualquer momento, será facultado às partes a indicação de assistentes técnicos.

§ 3º Para instrução das ações de que trata o § 2º, a administração pública federal conferirá acesso aos juízes, por meio eletrônico e independentemente de intimação, aos processos administrativos de requerimento de reconhecimento de direitos, incluídos os laudos de exames periciais eventualmente realizados.

§ 4º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 5º Na hipótese do § 2º, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no §3º do art. 3º-A desta lei.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É a presente emenda para dispor sobre alterações aos arts 2º e 5º do projeto sob análise, para garantir os parâmetros da gratuidade judiciária e

permitir o acesso à justiça para todas as pessoas que não puderem arcar com as despesas processuais sem prejuízo da subsistência própria ou de sua família.

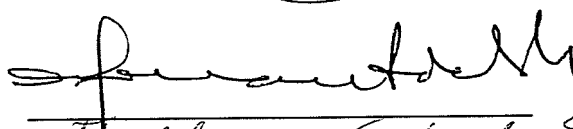
Um segundo tema tratado na emenda é para corrigir a redação sobre realização de perícia nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, tendo como referência os procedimentos periciais estabelecidos no Código Processual Civil vigente.

Considerando que a matéria é de alta relevância para a sociedade brasileira, inclusive para atenuar os males do empobrecimento gradativo que afeta a população sem que isso afete ao direito constitucional de acesso à justiça e gratuidade judiciária para quem não dispõe de recursos para custear o processo, além de melhor dispor sobre as possibilidades de viabilizar a realização de perícias em ações que, muitas vezes, dependem da produção dessa prova para fixar a efetivação do direito, por onde se postula a reparação de violações, confiamos no apoio à presente Emenda.

Pedro Vitor (PT)
AUTOR

04 DEZ. 2019

Sala das sessões, em



Thelmo de Souza (PSD)

Henso Neto (PDT)

PROJETO DE LEI Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.".

EMENDA DE PLENÁRIO

07/2019

Suprima-se o artigo 3º do Projeto de Lei nº 6.160/2019.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei apresentado propõe alteração da Lei de Ação Civil Pública indicando que seria um avanço intitucional destinar valores de danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, ao Programa para Habilitação e Reabilitação Profissional.

O avanço em verdade não é explicitado na justificção do PL 6160, uma vez que em verdade inexistente. A alteração proposta, por várias razões, acarretará o esvaziamento da efetiva reparação do dano trabalhista, especialmente na localidade afetada.

Imagine que em uma condenação em dinheiro decorrente de trabalho infantil o dano poderia ser reparado efetivamente com a conversão ou prestação alternativa indicada pela própria empresa para construção de uma creche ou compra de veículo em conselho tutelar do Município (reparação do dano local). No entanto, a alteração ora proposta a condenação em dinheiro iria para o tesouro

nacional a ser aplicado em Programa de Acidente de trabalho , ou seja, não haveria reparação efetiva e local do dano.

As condenações em dinheiro decorrentes de danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista devem ser destinados a RECONSTITUIÇÃO DOS BENS LESADOS, consoante preleciona o caput do artigo 13 da LACP em sua parte final.

O Programa mencionado na MP 905, e que ainda depende de conversão para efetivamente existir, tem como finalidade ÚNICA prevenção de acidentes de trabalho. Ocorre que muitos dos valores e condenações resultam de violação a outros bens jurídicos, que não o de meio ambiente do trabalho, quais sejam , trabalho escravo, trabalho infantil, fraudes trabalhistas , dentre outros.

Ainda que a reparação fosse ao meio ambiente do trabalho , não seria efetiva , uma vez que o Programa mencionado , de acordo com a MP 902/2019, tem objeto de prevenir acidentes de trabalho . Assim, não se prestaria a resolver /reparar o dano específico do meio ambiente verificado na localidade e com reversão para a sociedade local. Pode-se exemplificar no caso da condenação em dinheiro no caso Brumadinho onde o dinheiro iria para conta do tesouro nacional, sem garantia de qualquer melhoria na região.

Perceba-se que pela MP os valores devem ser depositados em conta do tesouro nacional, o que é sujeito a contingenciamento e podem sequer serem aplicados ao objetivos do Programa e , ainda que o sejam, os objetivos do programa já são de responsabilidade do governo e de ações próprias que seriam encargos do INSS e não deveriam depender das destinações de condenações trabalhistas.

Assim, da forma como proposto, o projeto acaba por frustrar a reparação social que a Lei almeja e prejudica empresas e trabalhadores.

O dispositivo:

a) impede a possibilidade de negociação com a empresa e execuções alternativas menos onerosas para as empresas e empregadores.

b) impede a própria empresa de indicar as entidades beneficentes que usualmente assiste o que prejudica o cumprimento espontâneo e voluntário,

pois, se através do pagamento da multa ou condenação judicial, a empresa também pode prestar assistência social, ela passa a cumprir o acordo com muito mais satisfação. Essa possibilidade de reparação alternativa torna menos onerosa a logística de destinação e fortalece os laços com a sociedade local;

c) impede a empresa de se beneficiar positivamente com ações de comunicação da própria reversão a comunidade, beneficiando sua imagem e valorizando sua marca e patrimônio imaterial;

d) o dispositivo impede que ocorra a reversão direta para a comunidade à qual pertencem ou aos próprios trabalhadores da empresa, prejudicando o efeito positivo sobre a força de trabalho – melhoria da ambiência do local de trabalho;

e) por fim, impede a possibilidade de reversões recorrentes que se traduzem na doação de bens e aparelhamento de diversos órgãos estaduais e municipais o que reflete de forma imediata na melhoria de serviços públicos.

Com relação a questões de natureza processual constitucional é importante, ainda, ressaltar que o dano moral coletivo se insere, nas Ações Civis Públicas e Termos de Ajuste de Conduta firmados pelo MPT, no bojo da tutela coletiva reparatória. **É o instrumento que irá restituir, restaurar ou compensar à sociedade a lesão que lhe foi causada.** Portanto, o dano moral coletivo – de natureza condenatória - compõe o objeto do pedido na ACP, integrando-a e delineando os seus limites. Inexiste, portanto, qualquer restrição aos seus valores ou à sua destinação, **sendo incabível qualquer pretensa obrigatoriedade de reversão para fundo ou programa determinado, sob pena de ferir-se o próprio direito de ação, em clara violação ao devido processo legal, um dos direitos fundamentais de nosso ordenamento jurídico constitucional.**

A vinculação a Programa tende a violar a autonomia de efetivação constitucional da tutela de direitos difusos e coletivos por parte dos magistrados no curso processual. Importante lembrar que o Juiz tem a faculdade legal, com escopo no art. 497 do CPC de *“Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou*

determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.”

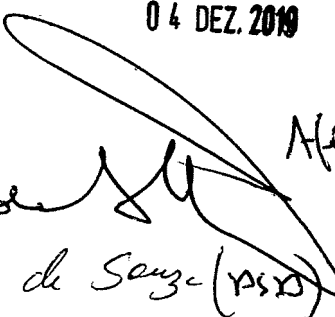
Por estas razões, deve ser suprimido o artigo 3º do PL em epigrafe.


Pedro Vazai (PT)
AUTOR

Sala das sessões,

04 DEZ. 2019

Afonso Costa (PP)


Afonso Costa (PP)



Projeto de Lei Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo."

EMP 08/2019

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 6.160 DE 2019

O art. 3º do PL 6160/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art.13.

§ 3º Os Ministérios Públicos da União e dos Estados deverão estabelecer políticas de destinação de recursos decorrentes de sua atuação finalística, que devem observar os princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal, com prestação de contas anuais e assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

§ 4º Havendo acordo ou condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, os valores pecuniários poderão:

I – ser revertidos a fundos públicos que guardem pertinência de atuação na reparação dos bens jurídicos lesados;

II – ser revertidos diretamente para projetos apresentados à órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, com prioridade na reparação local e vedada a utilização no pagamento de pessoal;

III – ser revertidos para aplicação em projetos apresentados por entidade privada com finalidade social, previamente cadastrada;

§ 5º Os Ministérios Públicos da União e dos Estados poderão instituir contas vinculadas para centralizar a destinação dos

recursos decorrentes das condenações judiciais, com a publicação periódica de editais para chamamento de projetos com prioridade de utilização em projetos apresentados por órgãos e entidades públicas.”

Justificativa

O Projeto de Lei apresentado, justifica sua indicação da alteração da Lei de Ação Civil Pública de forma lacônica, indicando apenas que seria um avanço institucional destinar as condenações com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, ao Programa para Habilitação e Reabilitação Profissional.

Perceba-se que o referido Programa depende da conversão da MP 905 para efetivamente existir, o que pode não acontecer.

Adicionalmente, isso é limitar todo o escopo de atuação do Minsitério Público do Trabalho a finalidade única de prevenção de acidentes quando na verdade existem múltiplos bens jurídicos de natureza coletiva e difusa que deveriam ser vislumbrados: trabalho escravo, trabalho infantil, fraudes trabalhistas, dentre outros.

A inserção é causística e para favorecer programa governamental específico. Verifica-se que se está criando financiamento incerto para o próprio governo e em ações próprias que seriam encargos do INSS.

Se é para existir algum avanço institucional é importante sedimentar na lei algumas práticas já regulamentadas pelo CNJ e CNMP quanto à reversões sociais como são as resoluções CNJ nº 154/2012 e CNMP nº 179/2017.

A proposta de alteração cria a obrigatoriedade dos próprios Ministérios Públicos editarem políticas de destinação destes recursos, com amplo controle social e transparência, priorizando a reversão à fundos públicos correlatos aos bens jurídicos que devem ser reparados e sequencialmente a projetos de órgãos públicos, priorizando a reparação local.

Da forma como proposto, o projeto acaba por frustrar a reparação social que a Lei almeja e prejudica empresas e trabalhadores.

O dispositivo:

a) impede a possibilidade de negociação com a empresa e execuções alternativas menos onerosas para as empresas e empregadores.

b) impede a própria empresa de indicar as entidades beneficentes que usualmente assiste o que prejudica o cumprimento espontâneo e voluntário, pois, se através do pagamento da multa ou condenação judicial, a empresa também pode prestar assistência social, ela passa a cumprir o acordo com muito mais satisfação. Essa possibilidade de reparação alternativa torna menos onerosa a logística de destinação e fortalece os laços com a sociedade local;

c) impede a empresa de se beneficiar positivamente com ações de comunicação da própria reversão a comunidade, beneficiando sua imagem e valorizando sua marca e patrimônio imaterial;

d) o dispositivo impede que ocorra a reversão direta para a comunidade à qual pertencem ou aos próprios trabalhadores da empresa, prejudicando o efeito positivo sobre a força de trabalho – melhoria da ambiência do local de trabalho.

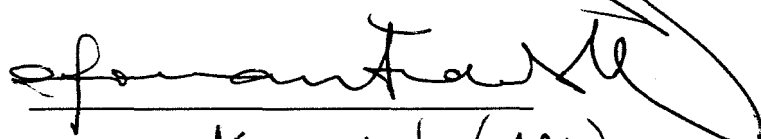
e) por fim, impede a possibilidade de reversões recorrentes que se traduzem na doação de bens e aparelhamento de diversos órgãos estaduais e municipais o que reflete de forma imediata na melhoria de serviços públicos.

Por estas razões, deve ser modificado o PL.

Rodro Uzeda (PT)
AUTOR

04 DEZ. 2019

Sala das sessões, em



Afonso Mota (PDT)

André de Santos de Souza (PSD)

Projeto de Lei Nº 6.160, DE 2019.

“Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.”

EMP 9/2019

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 6.160 DE 2019

O art. 3º do PL 6160/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art.13.

§ 3º Os Ministérios Públicos da União e dos Estados deverão estabelecer políticas de destinação de recursos decorrentes de sua atuação finalística, que devem observar os princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal, com prestação de contas anuais e assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

§ 4º Havendo acordo ou condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, os valores pecuniários poderão:

I – ser revertidos a fundos públicos que guardem pertinência de atuação na reparação dos bens jurídicos lesados;

II – ser revertidos diretamente para projetos apresentados à órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, com prioridade na reparação local e vedada a utilização no pagamento de pessoal;

III – ser revertidos para aplicação em projetos apresentados por entidade privada com finalidade social, previamente cadastrada;

§ 5º Os Ministérios Públicos da União e dos Estados poderão instituir contas vinculadas para centralizar a destinação dos recursos decorrentes das condenações judiciais, com a publicação periódica de editais para chamamento de projetos com prioridade de utilização em projetos apresentados por órgãos e entidades públicas.”

Justificativa

O Projeto de Lei apresentado, justifica sua indicação da alteração da Lei de Ação Civil Pública de forma lacônica, indicando apenas que seria um avanço institucional destinar as condenações com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, de natureza trabalhista, ao Programa para Habilitação e Reabilitação Profissional.

Perceba-se que o referido Programa depende da conversão da MP 905 para efetivamente existir, o que pode não acontecer.

Adicionalmente, isso é limitar todo o escopo de atuação do Ministério Público do Trabalho a finalidade única de prevenção de acidentes quando na verdade existem múltiplos bens jurídicos de natureza coletiva e difusa que deveriam ser vislumbrados: trabalho escravo, trabalho infantil, fraudes trabalhistas, dentre outros.

A inserção é causística e para favorecer programa governamental específico. Verifica-se que se está criando financiamento incerto para o próprio governo e em ações próprias que seriam encargos do INSS.

Se é para existir algum avanço institucional é importante sedimentar na lei algumas práticas já regulamentadas pelo CNJ e CNMP quanto à reversões sociais como são as resoluções CNJ nº 154/2012 e CNMP nº 179/2017.

A proposta de alteração cria a obrigatoriedade dos próprios Ministérios Públicos editarem políticas de destinação destes recursos, com amplo controle social e transparência, priorizando a reversão à fundos públicos correlatos aos bens jurídicos que devem ser reparados e sequencialmente a projetos de órgãos públicos, priorizando a reparação local.

Da forma como proposto, o projeto acaba por frustrar a reparação social que a Lei almeja e prejudica empresas e trabalhadores.

O dispositivo:

a) impede a possibilidade de negociação com a empresa e execuções alternativas menos onerosas para as empresas e empregadores.

b) impede a própria empresa de indicar as entidades beneficentes que usualmente assiste o que prejudica o cumprimento espontâneo e voluntário, pois, se através do pagamento da multa ou condenação judicial, a empresa também pode prestar assistência social, ela passa a cumprir o acordo com muito mais satisfação. Essa possibilidade de reparação alternativa torna menos onerosa a logística de destinação e fortalece os laços com a sociedade local;

c) impede a empresa de se beneficiar positivamente com ações de comunicação da própria reversão a comunidade, beneficiando sua imagem e valorizando sua marca e patrimônio imaterial;

d) o dispositivo impede que ocorra a reversão direta para a comunidade à qual pertencem ou aos próprios trabalhadores da empresa, prejudicando o efeito positivo sobre a força de trabalho – melhoria da ambiência do local de trabalho.

e) por fim, impede a possibilidade de reversões recorrentes que se traduzem na doação de bens e aparelhamento de diversos órgãos estaduais e municipais o que reflete de forma imediata na melhoria de serviços públicos.

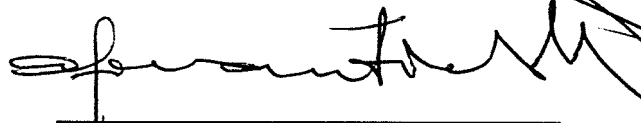
Por estas razões, deve ser modificado o PL.

Pedro Uzeda (PT)

04 DEZ. 2019

AUTOR

Sala das sessões, em


Torcida de Santos de Souza

Alexandro Costa (PR)

(VSD)

Projeto de Lei Nº 6.160, DE 2019.

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo."

EMENDA SUPRESSIVA Nº 10/2019

Suprimam-se os artigos 4º, 6º e 7º do PL 6160/2019.

JUSTIFICAÇÃO

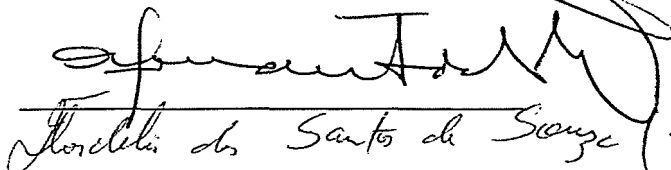
A presente emenda suprime o art. 4º que promove novas crueldades com os segurados da previdência social, posto que o dispositivo proposto pelo governo quer arquivar os processos quando a parte não disponha de todos os documentos capazes de cumprir imediatamente diligências para acesso aos seus direitos. As alterações desse artigo ainda afrontam a autonomia do Poder Judiciário em atuar na garantia de direitos previdenciários.

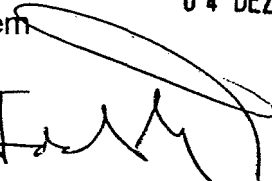
A emenda ainda quer suprimir as alterações do art. 6º ao que consta na MP 905, por diversas razões: 1) porque não reconhecemos a constitucionalidade da referida MP; 2) porque mais uma vez o governo quer aprofundar a condição de vulnerabilidade do trabalhador já rebaixado pela indecente proposta de "carteira verde e amarela", criando circunstâncias para celebração de acordos extrajudiciais que desigualam, ainda mais, os desiguais, quando da rescisão ou homologação de verbas rescisórias trabalhistas.

Por fim, a emenda também pretende suprimir o art. 7º que revoga o dispositivo legal que assegura que o INSS antecipará os honorários periciais nas ações de acidente do trabalho.

Sala das sessões, em

04 DEZ. 2019


Fláudio de Santo de Souza (PSD)

 Hanso Neta (PDT)

EMENDA MODIFICATIVA n.º 11, de 2019.

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.

Altere-se os §§12 e 13 do art. 899, constantes do art. 1º do projeto de lei n.º 6.160, de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 899.

.....

§12. Será exigido, para fins de substituição do depósito recursal por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, o acréscimo de 30% (trinta) por cento ao valor do depósito.

§13. É indispensável que o seguro garantia seja contratado por prazo indeterminado ou até a solução final do processo judicial.

§14.....

.....

JUSTIFICATIVA

Antes da alteração proposta pela reforma trabalhista de 2017 só era possível interpor recurso com o depósito do valor integral do processo. Essa reforma reduziu o custo recursal ao criar a possibilidade de substituir o depósito judicial por fiança bancária ou seguro garantia, favorecendo os empregadores ao incentivar a interposição de Recursos e indo contra a lógica inicial da proposta que era de desafogar o judiciário.

A presente emenda busca estabelecer que o seguro garantia judicial seja contratado por prazo indeterminado ou até a solução final do litígio, de forma a garantir

o cumprimento da obrigação. A utilização desse seguro deve ser feita segundo os preceitos que norteiam a existência do depósito recursal, como garantia do juízo, não se podendo admitir qualquer tipo de restrição que venha a dificultar o implemento de tal garantia.

Também, seguindo a mesma esteira do ato conjunto do TST.CSJT.CGJT 1/2019 que “*Dispõe sobre o uso do seguro garantia judicial e fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução trabalhista*”, sugerimos que para a substituição de depósito recursal por seguro garantia o valor segurado inicial deve ser igual ao montante da condenação, acrescido de, no mínimo 30%, conforme determina o Código de Processo Civil.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2019.

Sérgio Vidigal

Deputado Federal - PDT/ES

Tadeu Alencar

André Figueiredo

Erika Kokay

EMENDA SUPRESSIVA n.º 12, de 2019.

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.

Suprimam-se o art. 3º-A e seus parágrafos, bem como os §§2º e 3º do art. 12, constantes do art. 5º do projeto de lei n.º 6.160, de 2019, que altera a Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001.

JUSTIFICATIVA

A emenda suprime dispositivo que torna obrigatório o pagamento de custas, taxas ou despesas processuais no âmbito dos Juizados Especiais Federais. O texto prevê a gratuidade tão somente à família de baixa renda. De acordo com a proposição, fará jus ao benefício, a família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou aquela com até três salários mínimo. Determina ainda, que a prova da condição será por meio de comprovante de habilitação em cadastro oficial do Governo Federal para programas sociais.

A Constituição Federal garante o acesso à justiça em seu art. 5º, inciso XXXV, não se revelando razoável a supressão de um direito tão caro aos brasileiros.

Ante o exposto, sugerimos a presente emenda para suprimir essa afronta ao cidadão de bem, hipossuficiente economicamente, de buscar o Poder Judiciário para garantir seus direitos.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2019.

Sérgio Vidigal

Deputado Federal - PDT/ES

Tadeu Alencar

André Figueiredo

Erika Kokay

EMENDA SUPRESSIVA n.º 13, de 2019.

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato

de Trabalho Verde e Amarelo.

Suprima-se o art. 45-A e seus parágrafos, constantes do art. 2º do projeto de lei n.º 6.160, de 2019, que altera a Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966.

JUSTIFICATIVA

A emenda busca suprimir texto que estabelece que somente terá direito à gratuidade de justiça a família de baixa renda. De acordo com o projeto de lei, fará jus ao benefício, a família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou aquela com até três salários mínimo. Determina ainda, que a prova da condição será por meio de comprovante de habilitação em cadastro oficial do Governo Federal para programas sociais.

O acesso à justiça é garantido no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não podendo ser restringindo sem qualquer parâmetro. Na realidade brasileira existem pessoas que são hipossuficientes economicamente que recebem renda acima da prevista no PL. O fato de alguém receber salário elevado não significa que esteja em situação econômica que lhe permita arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento de sua família. O próprio CPC permite a declaração de hipossuficiência econômica assinada pela parte ou por seu advogado de forma a garantir esse direito.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2019.

Sérgio Vidigal

Deputado Federal - PDT/ES

Tadeu Alencar

André Figueiredo

Erika Kokay

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 14

Art. 1º Altere-se o art. 1º do projeto de lei 6160/2019 nos seguintes termos:

“Art. 1º

‘Art. 899.

.....

§ 4º O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei, observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º.

§ 4º-A Se o exequente ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, o juízo procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º.

.....

§ 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais e microempresas.

§ 10 São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita.

§ 11 O depósito recursal não poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

§ 15. Nos termos do disposto no § 4º, do valor do depósito recursal feito em conta vinculada ao juízo será deduzido o valor da garantia de que trata o art. 884 ou o valor que o executado tiver que pagar.’ (NR)”

Art. 2º Modifique-se o art. 3º do projeto de lei 6160/2019 nos seguintes termos:

“Art. 3º

‘Art. 13.

§ 3º Havendo acordo ou condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos no âmbito das relações de trabalho, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada em:

- I- Ações de reparação dos danos causados ou outras medidas para prevenção ou compensação de danos a interesses coletivos ou difusos no âmbito do trabalho; e
- II- Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.’ (NR)”

Justificativa

O depósito recursal é exigido como condição preliminar para admissão dos recursos no processo trabalhista, inclusive como mecanismo controlador dos

excessos e abusos na interposição de tais instrumentos processuais com finalidade procrastinatória. Também o valor depositado serve para garantir a execução da sentença, caso esta seja confirmada por instâncias superiores.

Entendendo que os instrumentos recursais são manipulados pelos empregadores com muito maior desempenho do que pelos empregados credores das parcelas reivindicadas no processo, apresentamos divergência total com as mudanças promovidas no art. 1º do projeto, que muda as disposições da CLT, tanto quanto ao índice de correção dos valores depositados, quanto à autorização do uso de garantias e fianças para substituir tais depósitos.

Em nosso entendimento a substituição por fiança bancária ou por seguro garantia judicial favorecerá unicamente aos interesses do sistema financeiro.

Vale mencionar que a legislação nacional não dispõe de proteção contra a despedida arbitrária e as reclamações trabalhistas decorrem, invariavelmente, entre um ex-empregador e um ex-empregado, sendo que este último, encontra-se sem meios de sustentar a si próprio e à sua família, disputando em juízo verbas de natureza eminentemente alimentar, como são as verbas trabalhistas.

Note-se que o depósito recursal é um mecanismo de garantia do pagamento do crédito ao vencedor que, em sendo trabalhador e a ação referida trata de litígio decorrente da relação laboral tem a natureza do crédito o caráter alimentar e com base em direitos já reconhecidos em julgamento de 1º Grau, observada a instrução do feito, inclusive as provas processuais e fáticas apresentadas no processo.

A intermediação desse depósito pela via de instrumentos bancários propostos no projeto não gera a segurança jurídica característica do processo trabalhista e da relação de insuficiência do empregado-credor (normalmente, demitido e reclamante de direitos não pagos) versus o empregador que continua atuando no mercado. Por essa razão, melhor adotar a posição mais restritiva para a dispensa ou substituição do depósito recursal, inclusive rever a liberação dessa exigência para empresas de pequeno porte para evitar o descumprimento e procrastinação das ações trabalhistas com enorme prejuízo para a classe trabalhadora.

Outro tema tratado na emenda é sobre as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais em reparação a danos difusos e coletivos (Lei 7.347/1985), para incluir no rol do objeto os danos no âmbito das relações de trabalho e se a prestação decorrente da condenação for em dinheiro, reverterá diretamente o

fundo criado no art. 13 da referida Lei para reconstituição dos bens lesados.

Por estas razões, deve ser modificado o PL.

Sala das sessões, em 09 de dezembro de 2019

Erika Kokay

Marcelo Ramos

Eduardo Barbosa

FIM DO DOCUMENTO
